

**TÍTULO: Acesso, acessibilidade e comunicação pública organizacional: uma
relação desafiadora no IFBA**

Karla Reuter dos Reis¹

Aline de Jesus Santana²

Resumo

A comunicação pública organizacional proporciona um diálogo entre uma organização/instituição e seu público alvo, de forma transparente e mais próxima dos/as cidadãos/ãs. A forma como ela se materializa nos ambientes educacionais, vai influenciar no acesso e na acessibilidade das pessoas. Este artigo tem como proposição a compreensão da relação da comunicação pública organizacional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) para o acesso e a acessibilidade das pessoas na Instituição e de que forma ela pode interferir nestes processos. A pesquisa classifica-se como exploratória, ancorada na utilização das pesquisas bibliográfica e documental. O acesso e a acessibilidade são conceitos que apresentam significados diferentes e há, em alguns momentos, confusão semântica e de aplicação por parte da sociedade. Em seus processos de ingresso, o IFBA proporciona aos/às candidatos/as com deficiência atendimento específico, além de respeitar a reserva de vagas. Apresenta um *site* oficial adequado às orientações brasileiras quanto à acessibilidade para PcD- Pessoas com Deficiência, contudo precisa de uma melhor adequação quanto à linguagem de editais e a criação de novas formas de dialogar com a comunidade, através de ferramentas midiáticas mais atuais.

Palavras-chave: Prática cidadã. Inclusão. Comunicação na educação. Comunicação pública.

Abstract

Organizational public communication provides a dialogue between an organization / institution and its target audience in a transparent and closer way to citizens. The way it is manifested in educational environments will influence people's access and accessibility. The aim of this article is to understand the relationship between organizational public communication at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia (IFBA) for access and accessibility of people in the Institution and how it can interfere in these processes. The research is classified as exploratory, anchored in the use of bibliographical and documental research. Access and accessibility are concepts that have different meanings and, at some moments, there is semantic and application confusion on the part of society. In its admission processes, IFBA provides specific care to candidates with disabilities, in addition to respecting the reservation of vacancies. It presents an official website according to Brazilian guidelines regarding accessibility for PcD-People with Disabilities, however it needs a better adaptation regarding the language of notices and the creation of new ways to dialogue with the community, through more current media tools.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB, assistente social do IFBA, lattes <http://lattes.cnpq.br/3960585940622214>

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB, docente do IFBA, lattes <http://lattes.cnpq.br/9205603830221940>

Keywords: Citizen practice. Inclusion. Communication in education. Public communication.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação pública apresenta significados múltiplos e, dependendo do país onde está sendo aplicada, do autor e também do contexto inserido, pode expressar sentidos diferentes e até conflitantes. Assim sendo, tamanha diversidade demonstra que seu conceito ainda está em desenvolvimento e em construção. (REIS, 2006)

Cabe à comunicação pública cumprir o papel de divulgar o conhecimento produzido nas instituições e na construção do seu relacionamento com a sociedade. Na perspectiva de Weber (2007), o espaço da comunicação pública é configurado por ações e discursos estratégicos sobre temas de interesse público, “constituído a partir da circulação desses temas abordados por diferentes sistemas de comunicação estruturados nas instituições públicas e privadas” (WEBER, 2007, p. 22).

Conforme Brandão (2006), a pesquisa e a análise das acepções e usos para a expressão comunicação pública podem ser identificadas em pelo menos cinco áreas distintas da aplicação profissional e do conhecimento, sendo a comunicação organizacional uma delas. Para a autora, a comunicação pública identificada como comunicação organizacional direciona seus trabalhos e estudos para “a análise e a solução de variáveis associadas à comunicação no interior das organizações e entre elas e seu ambiente externo”. Possui como característica “tratar a comunicação de forma estratégica e planejada, visando criar relacionamentos com os diversos públicos, bem como construir uma identidade e uma imagem dessas instituições, sejam elas públicas e/ou privadas” (BRANDÃO, 2006, p. 1, 2).

Já em Duarte (2007), no âmbito da comunicação pública, a comunicação não se reduz à informação, visto que, a simples existência da informação não significa necessariamente comunicação eficiente. Assim, torna-se imprescindível uma maior participação dos atores sociais no processo de comunicação e como ela vai se concretizar.

Silva (2014), por meio de pesquisa realizada no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), demonstra que uma das formas de tornar eficiente a comunicação de um Instituto Federal de Ensino Superior (IFES) é pela construção de um sistema de comunicação efetivo, capaz de promover a unicidade da organização, divulgar externamente o que ela pode oferecer à sociedade e consolidar sua imagem.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA), lócus da pesquisa relatada neste artigo, há preocupação similar, referente à comunicação e seus desdobramentos, àquela observada no estudo realizado no IFSC. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFBA 2020-2024, aprovado através da Resolução nº 06, de 04 de março de 2020, reforça a necessidade de revisão e atualização da forma como a Instituição se relaciona com a comunidade externa.

Assim, como forma de alcançar as metas e diretrizes deste PDI, relacionadas à comunicação do IFBA, desde março de 2022, foi criada uma Comissão de Trabalho para realizar o planejamento e acompanhar as ações que estão sendo realizadas para o cumprimento destas metas, juntamente com a Diretoria de Gestão da Comunicação Institucional (DGCOM) do IFBA, que é o órgão responsável pelo gerenciamento de assuntos relacionados à comunicação integrada do Instituto. Ainda hoje, a Comissão está debruçada sobre a construção da Política de Comunicação.

Dessa forma, entendendo a relevância e necessidade de ampliação da discussão da comunicação mais efetiva dos IFES perante a sociedade, na perspectiva da comunicação pública organizacional, cidadã, inclusiva (termo este estendido à uma amplitude semântica mais geral), há a proposição neste trabalho de melhor compreender a relação da comunicação pública organizacional no IFBA para o acesso e a acessibilidade das pessoas na Instituição e de que forma ela pode interferir nestes processos.

Neste estudo, acesso e acessibilidade têm significados distintos, como afirma Manzini (2010), sendo comum, em algumas situações, serem utilizados como sinônimos, principalmente quando envolvem temas relativos à inclusão de PcD. Segundo o autor, a palavra acesso apresenta a ideia de movimento, sair de um lugar ou situação e direcionar-se a outro diferente da posição anterior. Esse lugar ou situação refere-se tanto a um espaço físico quanto a um *status* social. Já acessibilidade seria um produto concreto do processo de mudança, ou seja, o resultado deste acesso. Aqui pode ser citado o uso de ferramentas e instrumentos para a inclusão efetiva das PcD, como exemplo de se colocar em prática a acessibilidade.

Para fins de discussão, este artigo está estruturado da seguinte forma: na próxima seção será apresentado o lócus de estudo que é o IFBA para, em seguida, aprofundar os conceitos acesso, acessibilidade e a comunicação pública geral e organizacional à luz da literatura, estabelecendo análises com as políticas internas de comunicação e como são implementadas, apontando a relação desafiadora entre elas, em especial em termos de acesso e acessibilidade e, por fim, as considerações finais.

Serão resgatados conceitos de acesso, acessibilidade e comunicação pública e mais especificamente, comunicação pública organizacional, através dos autores: Brandão (2006), Duarte (2007), Spiazzi e Batistella (2019), Sommer (2020) e Spomberg (2019).

O presente artigo utiliza-se da pesquisa bibliográfica e documental visto que, além de ser desenvolvida a partir de estudo de materiais já estabelecidos e elaborados cientificamente, também usa como fonte de obtenção de dados materiais que ainda não foram analisados (GIL, 2002). Quanto à classificação, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, uma vez que objetiva “o aprimoramento de ideias” (GIL, 2002, p. 41), aprofundando do “estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes” (TRIVIÑOS, 1987, p. 109).

A ausência de uma comunicação pública eficiente pode implicar lacunas capazes de comprometer significativamente o futuro dos(as) estudantes, podendo-se ainda dizer que o problema pode passar pela esfera da comunicação pública, compreendida neste contexto com o intuito de “informar para a construção da cidadania” (BRANDÃO, 2009, p. 6).

Acredita-se que este trabalho poderá contribuir na convergência dos estudos da comunicação pública e suas ramificações, entendendo de que forma ela pode influenciar e determinar o acesso e a acessibilidade dos usuários não só do IFBA, mas também dos demais institutos que compõem a Rede Federal de Ensino.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 IFBA: que instituição é esta?

Segundo o Ministério da Educação (MEC)³, os institutos federais compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e ofertam cursos na educação superior, básica e profissional, tendo como especialização a educação profissional e tecnológica. Segundo o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), há 38 Institutos Federais, 02 Centros

³ Uma das características centrais da formação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal) foi a implantação de uma nova concepção sobre o papel e a presença do sistema de ensino federal na oferta pública da educação profissional e tecnológica. Essa característica se materializa no desenho de um novo padrão de instituição, os denominados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais ou IFs), estruturados a partir dos vários modelos existentes e da experiência e capacidade instaladas especialmente nos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), nas escolas técnicas e agrotécnicas federais e nas escolas técnicas vinculadas às universidades federais. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes> Acesso em: 05 mar. 2023.

Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), além de 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. A Rede Federal está presente em todas as regiões do país, além do Distrito Federal. Em 2020 havia no total 654 unidades ofertando 10.568 cursos, tendo um total de 829.627 ingressantes

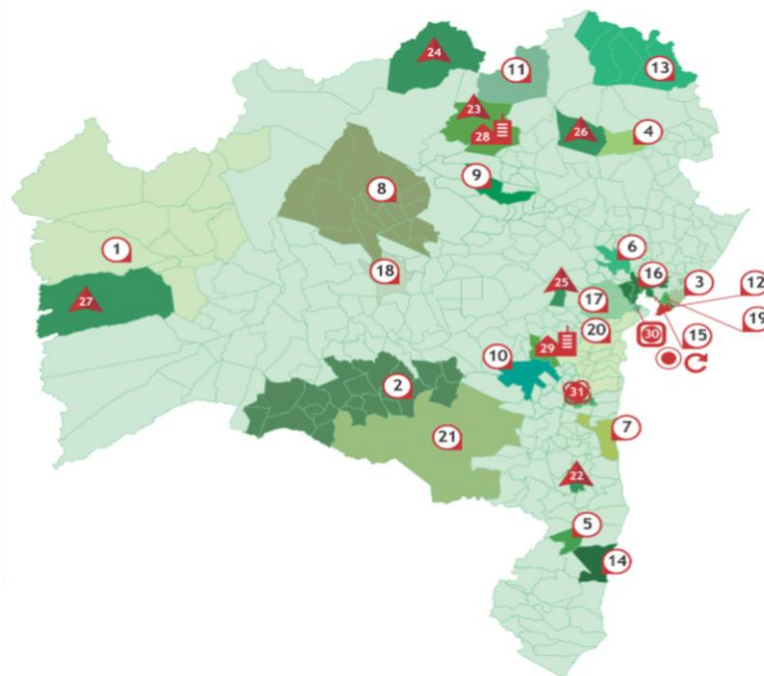
Os institutos foram idealizados como:

instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008, art. 2º).

Segundo o *site* oficial do IFBA⁴, o Instituto conta com 22 campi, 01 (um) Núcleo Avançado (Salinas da Margarida); 02 (dois) campi em fase de implantação, localizados em Jaguaquara e Campo Formoso; 05 (cinco) Centros de referência, também em construção, localizados nas cidades de Itatim, Casa Nova, São Desidério, Camacã e Monte Santo; e 01 (um) Polo de Inovação Salvador, cuja unidade fica no Parque Tecnológico da Bahia, em Salvador. Assim, encontra-se distribuído em diversas regiões do Estado e em quase todos os territórios. Atualmente, possui mais de 36 mil estudantes (presenciais e à distância), 300 cursos presenciais (cerca de 90 cursos distintos, sendo 07 cursos de pós-graduação, 27 cursos superiores, 36 cursos técnicos e 03 cursos técnicos EJA), 17 cursos à distância (sendo 01 pós graduação, 06 cursos superiores e 06 cursos técnicos). O IFBA, em relação aos territórios de identidade, atua em 26, do total de 27, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos-DIEESE e em 113 municípios neles espalhados, conforme o mapa apresentado na Figura 01.

⁴ Fonte: portal.ifba.edu.br/acessoainformacao/institucional. Acesso em 05 mar. 2023.

Figura 01- Mapa das unidades do IFBA



Fonte: IFBA, 2023.

Ainda no seu *site* oficial, o IFBA apresenta como missão a promoção da formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do País. Como visão, o IFBA busca ser uma instituição de ampla referência e de qualidade de ensino no País, estimulando o desenvolvimento do sujeito crítico, aumentando o número de vagas e cursos, modernizando as estruturas físicas e administrativas, bem como ampliando a sua atuação na pesquisa, extensão, pós-graduação e inovação tecnológica. E como valores:

A manutenção permanente da educação pública gratuita, laica e de qualidade; • A defesa da autonomia institucional; • Gestão democrática; • **Permanente sincronia com as necessidades da sociedade a serviço do desenvolvimento humano;** • **Severa observância dos valores éticos, morais e humanistas;** • **Respeito à pluralidade social de gênero, etnia, ideias, opções, sem qualquer restrição;** • **Compromisso com o bem público, sua administração e função na sociedade;** • **Compromisso com o ser humano e com processos de sua valorização** (IFBA, 2023).
(Grifo das autoras)

Sobrinho (2013) orienta que através da educação democrática se amplia a cobertura, a justiça social, a qualidade científica e a relevância social para todos. São, ainda, condições éticas e políticas que devem estar presentes na educação pública, além de

técnicas e científicas, já que são essenciais à construção de sujeitos sociais, à consolidação da sociedade democrática e dos processos de inclusão socioeconômica. É, portanto, uma maneira de como o IFBA pode corresponder e assegurar esta prática ao desenvolver suas políticas.

2.2 Aprofundando conceitos e as relações: comunicação pública organizacional, acesso e acessibilidade

A expressão comunicação pública (CP) é considerada, pelos principais autores, como um conceito em construção, pois a expressão abarca vários saberes e atividades diversas. Brandão (2006, p. 2) declara que a CP é “percebida como uma atividade voltada para a divulgação institucional no âmbito da opinião pública, razão pela qual utilizam a expressão”. Suárez e Zuñeda (1999), tomam a expressão como título de seu livro e afirmam que qualquer consideração a respeito de comunicação pública deve contemplar *"la seriedad y la eficacia com que las instituciones (sean estas empresas, o organizaciones sociales o políticas) encaran sus relaciones con el entorno, y el rango que se le asigna interna y socialmente a esa función"* (SUARÉZ e ZUÑEDA, 1999, p. 13). O sentido de “público” que utilizam também fica claro quando os autores afirmam que:

Las comunicaciones se han convertido en un patrimonio común de la sociedad, que otorga derechos pero que exige también una serie de obligaciones que las instituciones deben aceptar y cumplir de manera responsable. Dentro de este concepto de comunicación, en su sentido más amplio y en su carácter plural, comenzaremos a hablar, a partir de aquí, de las 'Comunicaciones Públicas' (SUARÉZ e ZUÑEDA, 1999, p. 13).

Ainda Brandão (2006) identifica a CP em pelo menos cinco áreas distintas, a saber: comunicação organizacional, comunicação científica, comunicação de Estado e/ou governamental, comunicação pública e como estratégia de comunicação da sociedade civil organizada. A autora conceitua cada uma das classificações conforme apresentado no Quadro 01:

Quadro 01 - Classificação da comunicação pública

Classificação	Descrição
Comunicação organizacional	Está associada à comunicação que se dá no interior da organização e a que ocorre entre esta e seu público.
Comunicação científica	Integra a produção e divulgação científica à

	vida cotidiana dos cidadãos.
Comunicação de Estado e/ou governamental	Processo de divulgação de informações voltada para estabelecer diálogo com o cidadão.
Comunicação política	Consiste na expressão de ideias, posicionamento e crenças de partidos políticos e do próprio governo.
Estratégia de comunicação da sociedade civil organizada	Caracterizada pela prática da comunicação desenvolvida pelas comunidades e membros do terceiro setor, conscientes que todos, não somente o governo, tem responsabilidade pública.

Fonte: elaborado pelas autoras com base em Brandão (2006).

Diante disto, trazendo para o âmbito do IFBA, enquanto instituição federal de ensino superior, este trabalho adota a CP voltada para a comunicação organizacional, visto sua comunicação contemplar uma relação direta com o público e as implicações deste processo de construção.

Duarte (2006) propõe quatro eixos centrais da CP, como pré-requisitos para ação das instituições que atuam com a comunicação de interesse público:

Transparência: diz respeito à divulgação de questões de interesse do cidadão; **Acesso:** corresponde a garantia de facilidade de adquirir informações importantes e atendimento adequado às necessidades de cada segmento de público; **Interação:** refere-se à estimulação para participação através da criação de mecanismos de interação que viabilize o acesso e compreensão; **Ouvidoria social:** entende-se como a necessidade em conhecer a opinião do cidadão a fim de atendê-lo (DUARTE, 2006, p. 6, grifos das autoras).

Cabe ressaltar, dentro da perspectiva de eficiência, a importância da definição e do conhecimento sobre o público alvo que terá acesso às informações propostas, para que a comunicação de fato ocorra na sua plenitude, já que a “comunicação diz respeito à criação de formas de acesso e participação; à ampliação de redes sociais que permitam maior ligação entre os agentes públicos, os grupos de interesse e o cidadão” (DUARTE, 2007, p. 4).

O IFBA tem como público alvo pessoas que desejam ingressar em cursos técnicos e superiores, havendo uma diversidade de interesses, já que há uma oferta imensa de cursos integrados ao ensino médio, de graduação de média e longa duração, além do subsequente, que são cursos técnicos ofertados para quem já possui o ensino médio. Alguns/mas são trabalhadores/as, com famílias constituídas, bem como jovens recém

saídos do ensino médio. Integram neste universo, as PcD, que precisam ter acesso à acessibilidade, que é a concretização das condições legais do acesso das pessoas com deficiência aos bens da sociedade. Este tema será melhor aprofundado na próxima seção.

A comunicação pública, portanto, não se reduz à informação, consiste em um processo circular, contínuo, de troca de informações e de mútua influência. Então, para que se tenha uma comunicação de qualidade, é preciso ampliar a qualidade e não só a quantidade de informações prestadas. De acordo com Duarte (2009), a atuação da CP tem princípios estabelecidos:

Ter compromisso em privilegiar o interesse público em relação ao interesse individual ou corporativo; centralizar o processo no cidadão; tratar comunicação como um processo mais amplo do que informação; adaptar os instrumentos às necessidades, possibilidades e interesses dos públicos; assumir a complexidade da comunicação, tratando-a como um todo uno (DUARTE, 2009, p. 59).

Neste contexto, o IFBA, atento às necessidades e demandas do seu público alvo, vem buscando se adequar e desenvolver sua Política de Comunicação, tendo objetivo de melhorar a forma como a Instituição se relaciona com a comunidade externa, através do seu PDI 2020-2024, aprovado através da Resolução nº 06, de 04 de março de 2020. A Política foca, entre outras metas, a revisão e atualização das formas de comunicação. Reflete-se ainda no Plano de Metas Institucional (PMI), que é uma ferramenta de gestão participativa e transparente, onde se definem e organizam as metas e objetivos de curto prazo do IFBA, sendo compatibilizado com as políticas do Instituto e com as estratégias contidas no PDI e seguindo as diretrizes do MEC.

Conforme algumas metas estabelecidas no PMI, o item 3.7 - Imagem Institucional, que tem como objetivos:

Melhorar e fortalecer a cultura organizacional do IFBA - que dispõe sobre a recomposição da equipe, a saber, profissionais: programador visual, assistente administrativo, relações públicas; Recomposição da coordenação de multimeios; e Contratação de profissional para orientar a construção da Política de Comunicação do IFBA (PMI, 2020-2024, pp 48, 49).

Estas metas chamam a atenção para a discussão deste artigo, já que estas ações podem impactar diretamente o acesso (ou não acesso) do público alvo à Instituição e também influenciar, de forma relevante, a acessibilidade, tanto de possíveis candidatos(as) quanto de estudantes já matriculados(as).

2.3 A acessibilidade no contexto institucional

A acessibilidade, segundo Spomberg (2019), diz respeito à promoção da equiparação de oportunidades entre as pessoas, implicando no exercício de cidadania em condições equânimes de modo a universalizar as possibilidades de acesso, uso, trânsito e participação nas mais diversas esferas sociais.

A conhecida Lei da Acessibilidade aprovada pelo Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamentou a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, a qual prioriza o atendimento às PcD, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tornaram-se marco fundamental tanto para a vida em comunidade da PcD como também para a efetiva inclusão social e educacional.

O acesso e permanência de PcD em todos os níveis da educação vem sendo ampliados, através de novas leis, tais como: Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146 de 6 de julho de 2015, que reforça o direito à educação no seu capítulo IV e também pela LDB 9394/96, na inclusão de mais um inciso, o XIV, pela Lei nº 14.191 de 2021, que determina o respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva.

Para além desses aspectos, a LBI identifica a PcD da seguinte forma:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

A LBI define a acessibilidade no seu Art. 3º, inciso I como:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, **informação e comunicação**, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, grifos das autoras).

As barreiras encontradas pelas pessoas com deficiência podem se constituir em qualquer lugar, por intermédio de obstáculo, atitude, comportamento que impossibilite a participação social da pessoa, como também, para usufruir de seus direitos à acessibilidade à liberdade de movimento e expressão. A LBI dispõe de sete tipos de barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência.

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo; b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados; c) barreiras nos

transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes **d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação; e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas; f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias** (Brasil, 2015). (Grifos das autoras)

Em consonância com a Lei de Inclusão, a Resolução nº 30 do IFBA, publicada em 12 de Dezembro de 2017, aprova a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou outras Necessidades Específicas. Especificamente, nos Capítulos VI desta Política, discorrem, sobre a Acessibilidade Digital, que no seu Parágrafo único informa a consideração de “Acessibilidade Digital o acesso a qualquer recurso de **Tecnologia da Informação, contemplando acessibilidade aos documentos**, materiais didático-pedagógicos digitais, acessibilidade aos equipamentos de informática e **acessibilidade na Web**” (Resolução IFBA nº 30, 2017, p. 12). (grifo das autoras)

E no capítulo e VII, sobre a Acessibilidade na Comunicação e Informação apresenta:

Entende-se por Comunicação toda forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações (RESOLUÇÃO IFBA nº 30, 2017, p. 14).

A Política de Comunicação do IFBA quando se relaciona com a Política de Acessibilidade permite perceber que existe uma preocupação crescente com as adequações necessárias para o acesso às informações constantes no *site* oficial, ofertando a navegação para pessoas Surdas e cegas, com a utilização de dispositivos que facilitem a comunicação, através da língua de sinais e meios da realização da leitura das informações constantes neste canal de comunicação para pessoas cegas.

Estas duas subseções reforçam a necessidade da adequação, da relevância e principalmente, da relação existente entre a forma como a comunicação organizacional e institucional deverá se efetivar com este público alvo: tanto com a comunidade externa (possíveis candidatos/as e a sociedade de forma geral), bem como, com estudantes

matriculados(as). Então, a acessibilidade indica um produto concreto do processo de mudança, ou seja, dá condição de alcance à informação.

2.4 E como a comunicação pública organizacional se materializa para assegurar o acesso e a acessibilidade no IFBA?

Quando relacionamos o termo acesso às Instituições de Ensino, temos como exemplo prático as ações afirmativas, que significa na prática a reserva de vagas tanto para as PcD quanto para outros públicos específicos (baixa renda, estudantes oriundos de escola pública, pessoas negras, quilombolas e indígenas). No IFBA todo o processo de seleção é publicizado, de forma transparente, para toda a comunidade.

Outra forma de ampliar o acesso à educação superior nos campi do IFBA é a oferta de vagas através do Sistema de Seleção Unificada - SISU. As chamadas são publicadas nos canais oficiais, além do encaminhamento de e-mails orientadores para os/as candidatos/as.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI), do IFBA, declara que o acesso é a porta inicial, o começo, para a democratização da educação. Então, a Instituição tem o dever de organizar as ações de acesso, desde o momento prévio ao ingresso, ampliando para os espaços, recursos pedagógicos e à comunicação (ressaltando aqui, não só durante o percurso do(a) estudante já matriculado(a), mas também estendendo, para o processo anterior), que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças. O documento de Referências de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in Loco do Sistema de Avaliação (SINAES) acrescenta que o primeiro indicador de qualidade a ser perseguido será sempre o “acesso”, efetivado por meio da matrícula.

Quando se trata de acessibilidade em seu *site* oficial, o IFBA segue um dos guias eletrônicos mais utilizados de maneira global, que apresentam diretrizes para que o sistema *Web* seja acessível, que é o WCAG (*World Content Accessibility Guide*) do W3C⁵. No Brasil, utiliza-se o e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico), que está alinhado às recomendações internacionais, e estabelece padrões de comportamento acessível para sites governamentais. Este modelo foi institucionalizado pela Portaria nº 03, de 07 de maio de 2007.

O e-MAG (BRASIL, 2014), propõe a padronização de elementos de acessibilidade

⁵ O Consórcio W3C - *World Wide Web*, é um consórcio internacional para padronização da *Web*, fundado em 1994, que define alguns padrões para a promoção da acessibilidade na *Web*.

que facilitam o acesso às informações

Página com a descrição dos recursos de acessibilidade: teclas de atalho disponíveis; opções para redimensionar texto e contraste; detalhes sobre testes de acessibilidade realizados no sítio, etc; Teclas de atalho: atalhos estratégicos acessados através do teclado; Barra de acessibilidade: deve ficar no topo da página contendo itens como aumento de fonte, diminuição de fonte, contraste, etc; Apresentação do mapa do sítio: disponibilizado em forma de lista (BRASIL, 2014).

Na página Web do IFBA, na parte superior do portal, encontra-se a barra de acessibilidade onde estão descritos os atalhos de navegação padronizados, as abas: acessível em Libras, acessibilidade, alto contraste e mapa do *site*, cada uma com uma característica específica.

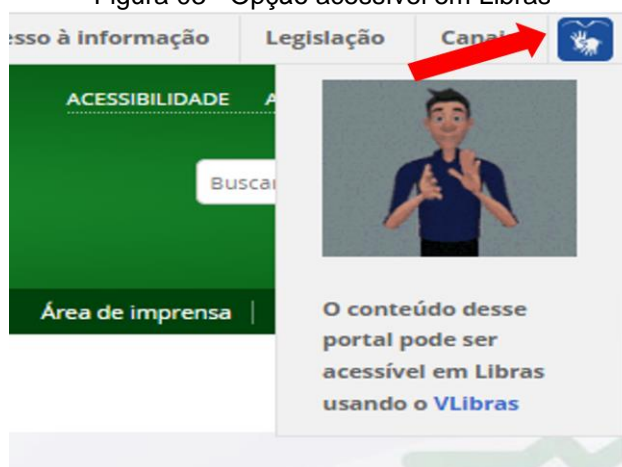
Figura 02 - Barra de acessibilidade do *site* do IFBA



Fonte: IFBA, 2023.

A opção acessível em Libras, está representada por uma imagem das mãos, no canto superior direito. A ferramenta é o Suíte VLibras, ela traduz automaticamente o conteúdo para a Libras, reduzindo as barreiras de comunicação e informação para o surdo usuário dessa língua.

Figura 03 - Opção acessível em Libras



Fonte: IFBA, 2023.

No canto superior esquerdo da barra de acessibilidade, é disponibilizado atalhos

por teclado, estes permitem que o usuário possa ir diretamente a informação desejada. Também, ao selecionar a função acessibilidade, uma nova página apresenta os recursos da acessibilidade presente no site, como também mais opções de atalhos disponíveis, dicas de como funcionam e outras informações pertinentes.

Figura 04 - Opção atalhos de teclado e acessibilidade



Fonte: IFBA, 2023.

A opção alto contraste gera uma página em que a relação de contraste entre o plano de fundo e os elementos do primeiro plano facilita a leitura ao usuário de baixa visão.

Figura 05 - Opção alto contraste



Fonte: IFBA, 2023.

Ainda na barra de acessibilidade, encontra-se a opção mapa do site, que contém todos os conteúdos disponibilizados no site em forma de lista.

Figura 06 - Opção mapa do site



Fonte: IFBA, 2023.

Assim, levando em consideração os elementos propostos pelo e-MAG (BRASIL, 2014), o veículo de comunicação do IFBA se encontra adequado no critério de acessibilidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como a comunicação pública organizacional, o acesso e acessibilidade se inter relacionam nas instituições de ensino interfere diretamente como a sociedade vai se relacionar com elas, podendo oferecer ou não, uma maior autonomia na tomada de decisão.

A oferta de meios utilizados (ferramentas), conteúdos e linguagem para se comunicar com as pessoas deve ser pensada e constantemente atualizada, para que o acesso e a acessibilidade ocorram de fato.

Nos processos de seleção, o IFBA faz uso de entendimento institucional das condições de ingresso tanto de estudantes com deficiência quanto também respeita a reserva de vagas (para os/as demais cotistas), além de manter atendimento diferenciado nos dias da realização destes processos seletivos.

Ratifica-se, porém, que as tecnologias voltadas para uma comunicação organizacional que se aproximem mais do público devem ser pesquisadas e adaptadas, desde o uso de uma linguagem mais acessível, simples ao uso de ferramentas midiáticas mais eficazes. Algumas ações podem ser colocadas em prática, tais como: a produção de editais de ingresso que possam, em parte, serem transformados em vídeos curtos, principalmente com os conteúdos que trazem mais dificuldade para os(as) candidatos e

seus familiares, tais como documentação; apresentação dos cursos, com suas matrizes curriculares; criação de games, que façam com que o público possa ingressar no universo acadêmico e melhor o compreenda, ressaltando o tripé: ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de. (Org.). **Educação especial: diálogo e pluralidade**. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora Mediação. 2008. 304 p.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Usos e Significados do Conceito Comunicação Pública. In: Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 6, 2006, Brasília. **Anais da Intercom-UNB 2006**. p. 1-14. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7235102/mod_resource/content/1/Brandao%202006.pdf Acesso em: 02 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm Acesso em: 13 mai. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm Acesso em 10 mai. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 13 mai. 2023.

BRASIL. **Lei no 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF. 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm Acesso em: 31 jan. 2023.

BRASIL. **Lei 13.146, de 06 de julho de 2015**, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília: MEC, 2015.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm Acesso em: 13 mai. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES). Julho, 2013. 52p. Brasília: MEC. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wp->

<content/uploads/2016/04/proavi-referenciais-de-acessibilidade-parte-i.pdf> Acesso em: 17 mai. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Apresentação. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/> Acesso em 05 jan. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Instituições que compõem a Rede Federal. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes> Acesso em jan. 2023.

CONIF. **Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/institucional>. Acesso em 10 jan. 2023.

DIEESE. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. Disponível em: <https://geo.dieese.org.br/bahia/territorios.php> Acesso em 05 jun 2023.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação Pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 59-71.

e-MAG. **Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico**. 2014. Disponível em: <https://emag.governoeletronico.gov.br/> Acesso em 08 jun. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA. **Informações Institucionais**. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/acessoainformacao/institucional> Acesso em: 05 mar. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**. Disponível em: https://portal.ifba.edu.br/menu-de-apoio/paginas-menu-de-apoio/acesso-rapido/pdi-2020-2024/pdi_ifba2020-2024_web.pdf Acesso em: 14 mai. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA. **Plano de metas institucional**. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/prodin/a-prodin/plano-de-metas-institucional> Acesso em: 14 mai. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA. **Política de Inclusão Pessoa com deficiência**. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/institucional/consup/resolucoes-2017/resolucao-30-2017-politica-inclusao-pessoa-com-deficiencia.pdf/view> Acesso em: abril. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA. **Projeto Pedagógico Institucional**. Salvador, 2013. 152 p. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/proen/PPIIFBA.pdf> Acesso em: 17 mai. 2023.

MANZINI, Eduardo José. Acessibilidade: um aporte na legislação para o aprofundamento do tema na área de educação. In: BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de. (Orgs.). **Educação Especial**: diálogo e pluralidade. 3ª ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010. p. 281 - 289.

SILVA, Filipe Ferreira Bem. **Redesenho da estrutura organizacional na perspectiva do mapeamento de processos**: análise e proposição para a área de comunicação do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00006f/00006f03.pdf> Acesso em: 17 mai. 2023.

SOBRINHO, José Dias. Educação Superior: Bem Público, Equidade e Democratização. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, mar. 2013, p. 107-126. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000100007> Acesso em: mai. 2023.

SPIAZZI, Sendi Chiapinotto Chiapinotto; BATTISTELLA, Luciana Flores. Gestão de processos de comunicação em instituições federais de ensino superior, um estudo de campo na Universidade Federal de Santa Maria. **Ciências da Administração**, ISSN-e 2175-8077, v. 21, n. 54, 2019, p. 145-160.

SOMMER, Lidiane Corrêa de Oliveira. **Acesso e permanência de alunos com deficiência no ensino médio integrado da rede federal**: tecendo diálogos entre a educação especial e a educação. 2020. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Salvador, 2020.

SPOMBERG, Thiago Kotarba. **Acessibilidade enquanto pressuposto para inclusão social**. Graduação em Psicologia – Habilitação Psicólogo – Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

SUÁREZ, Adriano Amado; ZUÑEDA, Carlos Castro. **Comunicaciones Públicas**. El modelo de la comunicación integrada. 1ª ed. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial, 1999. 303p.

TRIVIÑIOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, Maria Helena. Na comunicação pública, a captura do voto. **Logos, 27: Mídia e democracia**. v. 14, n. 2, p. 21-42, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/12464/9664>. Acesso em: 16 mai. 2023.